



História da psicologia e história da consciência através do estudo das representações sociais

History of psychology and history of consciousness through the study of social representations

Regina Helena de Freitas Campos
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Resumo

As relações entre estudos em história da psicologia e estudos de representações sociais são analisadas, visando evidenciar as convergências entre objetivos e metodologias utilizados. Argumenta-se que, no caso dos estudos em história da psicologia de orientação externalista é importante demonstrar as conexões entre o contexto sócio-cultural e a elaboração das teorias em psicologia, seja no período pré-científico, seja no período de desenvolvimento da psicologia científica. Também os estudos das representações pretendem demonstrar as conexões entre o contexto sócio-cultural e a elaboração e difusão de redes de significados compartilhados que constituem o saber do senso comum, muitas vezes observando as relações entre conhecimento científico e senso comum. As metodologias de análise das representações sociais são semelhantes às metodologias de estudo da história de conceitos científicos.

Palavras-chave: história da psicologia; representações sociais; história da consciência.

Abstract

The relationships between studies on the history of psychology and studies on social representations are analysed, with the purpose of evidencing the convergence between the objectives and methods used in both types of studies. I argue that, in the case of externalist studies on the history of psychology, it is important to demonstrate the connections between the social and cultural context and the development of theories in psychology, both in the pre-scientific and scientific periods. Studies on social representations intend to demonstrate the connections between the social and cultural context and the making and diffusion of networks of shared meanings that constitute common sense knowledge, in many ways observing the relationships between scientific knowledge and common sense. Also the methods of analysis of social representations are similar to the methods of analysis of the history of scientific concepts.

Keywords: history of psychology; social representations; history of consciousness.

Introdução

Este trabalho trata das relações entre representações sociais, história e cultura do ponto de vista da história da psicologia. Pretendo demonstrar que o conceito de representações sociais pode se constituir em guia seguro e extremamente útil na investigação da história das idéias psicológicas e da evolução da psicologia científica, em suas conexões com o contexto sócio-cultural.

Na investigação histórica em psicologia, busca-se deslindar a complexa trama de significados produzidos nas relações entre a elaboração teórica – seja no período pré-científico, seja no próprio período de constituição da psicologia científica em que nos encontramos imersos atualmente – e o tecido social e histórico em que essas idéias e interpretações são produzidas e difundidas. Ora, a teoria das representações sociais tem sido abordada na literatura especializada como uma contribuição importante no conhecimento das formas de produção, transformação e difusão dos saberes socialmente produzidos. Segundo Jovchelovitch (1998, p. 55):“(a teoria das representações sociais) se centra sobre a análise da construção e transformação do conhecimento social, e tenta elucidar como que o saber e o pensar se interligam na trama do tecido social”.



A psicologia também é um saber socialmente construído dos homens sobre si mesmos, e o conhecimento que produz também passa por processos de produção, transformação e difusão em contextos determinados, a partir da atividade de grupos sociais específicos. O grupo dos intelectuais, dos filósofos, dos moralistas e, mais recentemente, dos cientistas da mente não é desprezível em sua evidente capacidade de produzir e difundir interpretações acerca do funcionamento da natureza humana.

Moscovici pensa na mesma direção, em um belo estudo sobre as contribuições de Piaget e Vygotsky ao estudo da história da consciência social em que pede ao público leitor que considere sua contribuição com tolerância, como "*an aspiration to make the history of psychology more interesting both as a science of humanity as as a humane science*" (Moscovici, 1998, p. 428). Não é demais lembrar que o estudo do autor que inaugura o uso do conceito de representações sociais na psicologia social – o famoso trabalho sobre a representação social da psicanálise, publicado em 1961, na França – é precisamente um estudo sobre os processos de apropriação dos conceitos psicanalíticos pelo grande público, ou seja, um estudo que se inscreve no campo da história da psicologia científica. Vejamos então como podemos utilizar o conceito de representações sociais no estudo da história da psicologia, e como aproveitar o desenvolvimento metodológico que os estudos sobre representações sociais apresentam para nosso objetivo.

História da psicologia, história das idéias psicológicas e representações sociais

A partir da distinção proposta por Penna (1980), podemos dividir a história da psicologia em dois grandes temas: a história das idéias psicológicas e a história da psicologia científica. A rigor, só podemos falar de uma história da psicologia científica a partir do final do século XIX, momento em que o projeto de construção de uma ciência psicológica, no sentido moderno da expressão, realmente ganha sentido. Nessa época, a partir do trabalho feito nos primeiros laboratórios de psicologia criados por Wundt e outros pioneiros, buscou-se enquadrar os fenômenos da subjetividade nos métodos objetivos de estudo, inclusive com a utilização de instrumentos de mensuração.

No entanto, sabemos também que a reflexão sobre esses mesmos fenômenos que vêm a ser objeto de investigação dos primeiros cientistas da mente – a percepção, o pensamento, a imaginação, a formação de conceitos, a afetividade – era feita há muito tempo no quadro da história das idéias, a partir da filosofia, da metafísica, da ontologia, da ética ou das religiões. Esse largo período de reflexão sobre a natureza humana, cujo registro encontramos na obra dos grandes pensadores que nos precederam, cobre a chamada história das idéias psicológicas. Em relação a elas, não podemos nos referir como parte da história da ciência, muito menos utilizando a metodologia própria à história da ciência – o levantamento dos programas de pesquisa, dos debates entre eles, a dinâmica das descobertas, da verificação, da falsificação de diferentes perspectivas teóricas, os dispositivos de demonstração empírica dos fenômenos. Os fantasmas do presentismo – atribuição de significados contemporâneos a conceitos elaborados em contextos históricos diferentes do nosso -, ou do anacronismo – atribuição de continuidade nos significados elaborados no passado a conceitos que fazem sentido no presente, sem perceber as discontinuidades e rupturas que a história engendra – estão sempre a rondar os trabalhos dos historiadores das idéias, especialmente os historiadores da ciência. Para escapar dessas armadilhas, a distinção entre os dois grandes períodos – a história das idéias psicológicas e a história da psicologia científica – tem sido útil.

Por outro lado, o estudo da história das idéias psicológicas abre um vasto campo de investigação para os historiadores da psicologia. Na verdade, estudar as idéias e conceitos construídos em diferentes contextos históricos acerca dos fenômenos psicológicos equivale a empreender uma espécie de reconstrução da história da própria consciência humana sobre si mesma. Este empreendimento também está sujeito aos perigos do anacronismo ou do presentismo, e por isso o historiador tem que se colocar na posição de um antropólogo que observa uma cultura diferente da sua, e buscar a rede de significados elaborados no contexto de investigação em seus próprios termos, ou seja, trata-se de procurar compreender como os sujeitos, em suas condições de existência



concretas, elaboram, reelaboram e significam as práticas e representações que produzem.

Wundt sabia que a história da psicologia dos povos poderia contribuir para a reconstrução dos conceitos psicológicos da humanidade. Para ele, os métodos empíricos da psicologia seriam úteis no estudo dos fenômenos psicológicos mais simples, como a percepção, a psicofísica, a psicologia fisiológica. Já os processos psicológicos superiores – a linguagem, o pensamento, a imaginação, a própria produção da cultura a partir da atividade humana concreta, só poderiam ser estudados a partir de um levantamento historiográfico de seu desenvolvimento. Adotando perspectiva evolucionista, de corte nitidamente hegeliano, o psicólogo alemão pretendia que seu empreendimento viesse a constituir uma história da evolução psicológica da humanidade, ou seja, uma história da evolução da consciência humana em direção a patamares cada vez mais reflexivos. Nas palavras do autor, uma *"historia del proprio substrato objetivo, pero experimentado subjetivamente"* (Wundt, 1926, p. 454).

Ora, as representações sociais também tratam da experiência subjetiva das construções objetivas da cultura, compartilhadas por diferentes grupos humanos. Tratam, segundo Moscovici, dos processos de apreensão dos objetos sociais através do chamado "pensamento natural", que trabalha em um sistema operatório de classificações e discriminações subordinado a um metassistema normativo constituído pelos valores do grupo, que determinam as combinações permitidas e as combinações proibidas no conjunto das proposições possíveis (Moscovici, 1978/1961). Os fatores que afetariam o curso desse "pensamento natural", disperso, fluido, em constante mutação, seriam aqueles derivados dos grupos de referência, dos grupos de pertinência, dos valores e das tradições históricas de leitura da realidade pelo grupo social. Através da apreensão dos princípios de funcionamento e dos produtos do pensamento natural, seria possível acompanhar a construção do senso comum, produtor e produto das representações sociais, e guia da atividade prática.

Os estudos contemporâneos tanto da história das idéias psicológicas quanto da história da psicologia científica têm mostrado o quanto a complexa elaboração de teorias e conceitos sobre o psicológico em diferentes épocas e lugares encontra-se, na prática, envolvida em uma rede de significados coletivos. Essas redes de significados coletivamente compartilhados incluem, com frequência, os valores e representações de seus produtores, imersos nas diferentes produções culturais de que fazem parte.

Muitos estudiosos da história da psicologia têm contribuído para esclarecer essas relações. Massimi, por exemplo, estuda as relações entre os significados de conceitos psicológicos desenvolvidos no Brasil colonial por grupos indígenas, jesuítas ou pelos próprios mentores intelectuais da construção do estado nacional brasileiro e suas respectivas inserções culturais e projetos sociais. Trata-se da reconstrução da mentalidade dos grupos sociais de que faziam parte e suas raízes sócio-culturais (Massimi, 1996, 2005). Também Antunes (1996) evidencia, em seu estudo do processo de autonomização da psicologia brasileira a partir de meados do século XIX, as conexões estabelecidas entre os interesses de pesquisa, os conceitos desenvolvidos, e a progressiva montagem dos sistemas de saúde e educação públicas no país. Nosso trabalho recente sobre as ligações entre os movimentos de defesa dos direitos humanos e a obra dos pesquisadores do Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, tem evidenciado também o quanto as opções valorativas têm um impacto significativo na forma de elaboração dos conceitos, em outras palavras o quanto a elaboração de conceitos no interior da própria psicologia científica deve às opções filosóficas, epistemológicas e políticas de seus criadores (Campos, 2003). A própria obra de Jean Piaget, uma das mais significativas em termos de construção da psicologia científica no século XX, também ele um representante exponencial da psicologia desenvolvida em Genebra na primeira metade do século, tem sido estudada como evidência das conexões entre o projeto político do protestantismo liberal e as concepções de natureza humana por ele engendradas (Vidal, 1987, 1994). Denise Jodelet estudou as relações entre as transformações das representações sociais da loucura em uma comunidade rural francesa ao longo de quase um século, após as mudanças observadas nos tratamentos



psiquiátricos a partir do movimento de desinstitucionalização ocorrido no início do século XX. A construção de um saber cotidiano sobre a loucura, construído ao lado do saber científico, evidencia como as inter-relações entre esses dois campos – o saber do senso comum e a ciência – contribuem para a formação de categorias de classificação mediadas tanto pela experiência ingênua quanto pelos conceitos científicos (Jodelet, 1989).

Todos esses estudos, de orientação externalista, propõem a análise dos eventos relativos seja à história da psicologia, seja à história das idéias psicológicas, como manifestações da mentalidade, das representações e das práticas culturais com as quais estavam envolvidos os atores. Em outras palavras, trata-se de reconstruir as relações entre a posição dos atores do processo no meio sócio-cultural, suas representações das diferentes manifestações culturais relativas ao psiquismo e aos fenômenos de ordem psicológica, e a elaboração dos conceitos com os quais trabalharam. Importa, pois, reconstruir a forma como, imersos na cultura de seu tempo, os autores da história da psicologia retiraram, dessa mesma cultura, os elementos a partir dos quais construíram suas respectivas teorias. Além disso, convém também verificar como esses conceitos foram transmitidos e apropriados em outras esferas – a famosa influência de um autor sobre outro, ou a transformação dos conceitos em práticas nas instituições sociais que deles se apropriaram: as instituições de saúde e educação, na modernidade, ou as instituições políticas ou religiosas, no passado.

São esses processos de produção, transmissão, difusão e transformação que acontecem, a meu ver, de maneira similar aos processos de produção, transmissão, difusão e transformação das representações sociais. Se vamos utilizar as propostas de Moscovici para estudá-los, poderíamos dizer que, no caso da psicologia científica, o que fazemos, os historiadores, é procurar desvincular, no trabalho dos autores que estudamos, os momentos em que sua produção obedece aos modos de funcionamento do “pensamento natural”, regido por valores, e os momentos em que se esforçam para atingir os patamares da reflexão propriamente científica ou filosófica, regida pelo metassistema normativo constituído pelas regras lógicas que determinam, em termos racionais, os limites das proposições e das combinações de proposições possíveis. Buscamos assim conhecer tanto as interseções entre o senso comum e o conhecimento, como, quem sabe, determinar as possibilidades do conhecimento genuíno. Nesse sentido, o conceito de representações sociais ajuda a pensar essas diferenças e esses limites, pois cada cientista é, ao mesmo tempo, uma pessoa de seu tempo, de sua cultura, e guarda em sua obra as marcas dessa sua história pessoal.

Aproximações entre métodos de estudo

Também no que se refere aos métodos de estudo o conceito de representações sociais tem proposto caminhos para o estudo da história das idéias. Ao reconstruir os processos de construção de uma teoria científica, ou de um conjunto de idéias sobre o psicológico, podemos utilizar o esquema básico de análise das representações sociais: estudar as condições de produção e de circulação das idéias, os estados em que podem ser apreendidas em determinados momentos de sua história, e seu estatuto epistemológico.

Quando tratamos das condições de produção de uma teoria ou conjunto de idéias, buscamos o conhecimento da cultura em que foram produzidas, em termos de valores e de modelos de pensamento e de ação, ou seja, visamos reconstruir o contexto ideológico e sócio-histórico em que determinadas formulações se tornaram possíveis. Inserem-se nessa perspectiva os estudos que tratam das relações entre o contexto sócio-cultural e a produção de conhecimento, sobre as instituições onde foi produzido, sobre as demandas e propostas sócio-políticas e existenciais dos grupos interessados nesse conhecimento. Trata-se, em última análise, de determinar as formas de percepção e de representação do real que tornaram possível, por um lado, e limitaram, por outro, as formulações que encontramos.

Exemplos desses processos são os estudos que tratam das demandas dos modernos sistemas de ensino de massa em relação a modos de apreensão da aprendizagem ou a formas de classificação dos estudantes em termos de habilidades, aptidões e interesses (Mulder & Heyting, 1998); da influência da experiência com determinadas formas de



organização institucional sobre o processo de construção de uma perspectiva teórica (Duken, Van Der Veer, Van Uzendoorn & Kuipers, 1998); do contexto institucional no interior do qual certos debates teóricos tomaram forma (Mclaughlin, 1998), ou que tratam das formas de conceituação e tratamento dos distúrbios mentais em diferentes momentos da história (Pessotti, 1996, 1999). Esses estudos exigem uma reconstrução historiográfica acurada da cultura da época, e o recurso a fontes apropriadas para o conhecimento da história das mentalidades, e das formas de articulação entre o poder político, as práticas culturais e os constrangimentos econômicos que balizaram o nascimento e evolução das instituições de que tratamos.

Um segundo tipo de estudo – aquele que se dedica ao aprofundamento do pensamento de um autor, ou de uma teoria, buscando a sua lógica interna, o sistema de relações que propõe, os conteúdos que aborda – lembra a abordagem da estrutura e dinâmica das representações sociais. Em geral, esses estudos tratam dos processos que, na teoria das representações sociais, são conceituados como a objetivação e a ancoragem: busca-se saber que elementos contém a teoria, quais as definições desses elementos, que relações estabelecem entre si, e como se inscrevem em uma rede de significados pré-existentes (muitas vezes modificando aquela mesma rede). Uma forma de abordar esses processos de maneira eficaz tem sido estudar em que medida determinadas metáforas se deslocam de um campo de conhecimento para outro. Assim, por exemplo, Faber (1996) mostrou como a metáfora da sugestão atravessou as fronteiras da psiquiatria, no final do século XIX, na França e foi apropriada por Le Bon na elaboração da obra sobre a psicologia das multidões que tanta influência exerceu sobre a psicologia social do século XX. A autora mostra que o termo “sugestão”, utilizado na França na segunda metade do século XIX, baseava-se no sentido do senso comum para designar o processo de influência social tanto na vida cotidiana quanto no caso da aplicação de procedimentos derivados da atividade científica (como a hipnose de Mesmer ou Charcot). Faber adota o ponto de vista que propõe que a metáfora ajuda o cientista no seguinte sentido: “to make sense of an inadequately charted domain (and he) comes up with a way of seeing a particular problem as analogous to something from an entirely different domain, thus putting the whole matter into a new perspective” (Faber, 1996, p. 18).

Compare-se a definição de metáfora assim concebida com a descrição do processo de ancoragem na teoria das representações sociais: “colocar um novo objeto em um quadro de referência conhecido para poder interpretá-lo” (Palmonari & Doise, 1986, p. 22). Desse ponto de vista, é através das representações sociais que o sujeito social estabelece mediações entre sua prática concreta, sua inserção na cultura e os objetos e significados que absorve, tornando possível operar com esses objetos sociais. No limite, esses objetos sociais seriam até mesmo engendrados pela representação, pois devem sua existência, na percepção, ao sistema de representações no qual se inscrevem.

Os processos de *objetivação* e *ancoragem*, por sua vez, permitem que a representação social se atualize quando da confrontação do sujeito com um objeto estranho ou inesperado, ou para estabelecer relações entre acontecimentos passados e futuros, atuando como teorias implícitas. Ora, a historiografia da psicologia contemporânea tem se ocupado, prioritariamente, exatamente da reconstrução dessas teorias implícitas, dessas mediações, dessas transferências de significados de um domínio para o outro, seja de um domínio científico para o outro (como no caso da transferência de conceitos médicos para a área psico-social) seja do domínio do senso comum para o domínio da ciência. É o caso, por exemplo, do conceito de “raça”, que tanta controvérsia gerou ao longo do desenvolvimento da psicologia no século XX (Richards, 1998). É precisamente nesse sentido que os conceitos desenvolvidos no interior da teoria das representações sociais podem ser utilizados como guia para a reconstrução do percurso intelectual de constituição das teorias psicológicas que estudamos.

Quanto aos estudos sobre o estatuto epistemológico das representações sociais, trata-se de examinar o seu valor de verdade – no nosso caso, o valor de verdade de uma teoria científica, ou de um conjunto de idéias sobre o humano, em última análise examinar as relações entre representações sociais e pensamento científico.



A filosofia da ciência contemporânea tem mostrado que este é um projeto bastante arriscado. Popper (1993), com sua extrema acuidade intelectual, penetrou a fundo nessa questão, para demonstrar que, afinal, o valor de verdade de uma proposição é sempre precário, instável, pois a falseabilidade é uma condição sempre presente. Já Kuhn (1975), com seu modelo psico-social do desenvolvimento científico, contribuiu para demonstrar, muito na direção apontada pela historiografia contemporânea da ciência, que há muito mais interferência dos fatores exógenos no desenvolvimento das teorias científicas, mesmo nas chamadas *hard sciences*, do que supúnhamos ingenuamente em nosso encantamento com o progresso do conhecimento e da tecnologia.

Conclusões

Afinal, talvez nossa tarefa seja muito mais contribuir para deslindar as armadilhas do senso comum e as falhas em nossa percepção que interferem na construção do conhecimento que propriamente afirmar o valor de verdade das proposições científicas. Mesmo assim, cabe ressaltar os momentos em que, a partir de determinados pontos privilegiados de observação de sua própria cultura, coube aos cientistas e pensadores do psicológico o mérito de enxergar além de si mesmos, em busca da universalidade. Pois é exatamente quando o cientista duvida da evidência fácil, do senso comum arraigado, que o processo de criação pode ter lugar.

Como, aliás, cabe ressaltar, parece ter acontecido no caso da teoria de que nos ocupamos aqui. Foi justamente a preocupação com as distorções que o conhecimento da psicanálise vinha sofrendo ao ser incorporado por diferentes grupos sociais na França do pós-guerra que foi possível a Moscovici elaborar essa bela teoria do conhecimento ao mesmo tempo crítica e compreensiva. Afinal, segundo nosso autor, não é preciso transformar as lacunas de nosso conhecimento dos processos cognitivos em lacunas da realidade, afirmando por exemplo que aos saberes socialmente construídos opõem-se os não-saberes. Sabemos, ao contrário, com a ajuda da teoria das representações sociais, que aos saberes ditos científicos opõem-se outros saberes, da mesma forma socialmente construídos. Estabelecer as diferenças, localizar as semelhanças, cuidar para que as manifestações fantásticas do espírito humano não se percam nas formas muitas vezes estereotipadas e distorcidas em que se propagam, esse é o nosso papel. E saber também, quem sabe, que essas distorções também têm um sentido, que é preciso desvelar.

Referências

- Antunes, M. A. M. (1996). Algumas reflexões acerca de minha formação como pesquisadora em história da psicologia. Em R. H. F. Campos (Org.). *História da psicologia: Pesquisa, formação, ensino* (Coletâneas da ANPEPP, n. 15). São Paulo: Educ.
- Campos, R. H. F. (2003). Psicologia e direitos humanos: As relações entre ciência e ética na perspectiva do Instituto Rousseau, em Genebra (1920-1940). Em A. Guerra, L. Kind, L. Afonso & M. A. M. Prado (Orgs.). *Psicologia social e direitos humanos* (pp. 77-92). Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Duken, S. V.; Van Der Veer, R.; Van Uzendoorn, M. ; Kuipers, H. (1998). Bowlby before Bowlby: the sources of an intellectual departure in psychoanalysis and psychology. *Journal of the history of the behavioral sciences*, 34(3), 247-269.
- Faber, D. P. (1996). Suggestion, metaphor and meaning. *Journal of the history of the behavioral sciences*, 32(1), 16-29.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.



- Jovchelovitch, S. (1998). Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. *Psicologia e sociedade*, 10(1), 54-68.
- Kuhn, Th. S. (1982). A estrutura das revoluções científicas. (B.N. Boeira e N. Boeira, tradutores). São Paulo: Perspectiva, 1982. (Original publicado em 1962).
- Massimi, M. (1996). Estudos históricos acerca da psicologia brasileira: uma contribuição. Em R. H. F. Campos (Org.). *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino* (Coletâneas da ANPEPP, n. 15). São Paulo: Educ.
- Massimi, M. (2005). *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Edições Loyola.
- Mclaughlin, N. G. (1998). Why do schools of thought fail? Neo-freudianism as a case-study in the sociology of knowledge. *Journal of the history of the behavioral sciences*, 34(2), 113-134.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. (A. Cabral, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1961)
- Moscovici, S. (1998). Social consciousness and its history. *Culture and psychology*, 4(3), 411-429.
- Mulder, E. & Heyting, F. (1998). The Dutch curve: the introduction and reception of intelligence testing in the Netherlands, 1908-1940. *Journal of the history of the behavioral sciences*, 34(4), 349-366.
- Palmonari, A. & Doise, W. (1986). Caractéristiques des représentations sociales. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.), *L'Étude des représentations sociales* (pp. 12-33). Neuchâtel, Paris: Délachaux et Niestlé.
- Penna, A. G. (1980). *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pessotti, I. (1996). *O século dos manicômios*. São Paulo: Ed. 34.
- Pessotti, I. (1999). *Os nomes da loucura*. São Paulo: Editora 34.
- Popper, K. (1993). *A lógica da pesquisa científica*. (L. Hegenberg e O. Silveira da Mota Trad.) São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1934)
- Richards, G. (1998). Reconceptualizing the history of race psychology: Thomas Russel Garth (1872-1939) and how he changed his mind. *Journal of the history of the behavioral sciences*, 34(1), 15-32.
- Vidal, F. (1987). Jean Piaget and the liberal protestant tradition. Em M. Ash & W. Woodward (Eds.), *Psychology in twentieth century thought and society* (pp. 271-294). Cambridge: Cambridge University Press.
- Vidal, F. (1994). *Piaget before Piaget*. Cambridge: Harvard University Press.
- Wundt, W. (1926). *Elementos de psicología de los pueblos*. (S. Pubiano, trad.) Madrid: Daniel Jorro. (Original publicado em 1912)



Nota sobre autora

Regina Helena de Freitas Campos é professora de Psicologia da Educação e História da Psicologia na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista de pesquisa do CNPq, presidente do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. Contato: Rua Professor Saul Macedo 111 – Belvedere, 30320-490 Belo Horizonte, MG, Brasil. *E-mail*: regihfc@terra.com.br.

Data de recebimento: 25/05/2007
Data de aceite: 10/10/2008